

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: PERCURSOS DE PROPOSIÇÃO

Amanda Rafaella Ferreira de Lima¹; Ângela Cristina Alves Albino²; Sheila Costa de Farias³

Universidade Federal da Paraíba/CCA

sonhadora-tempo@hotmail.com¹

Universidade Federal da Paraíba/CCA/DCFS

angela.educ@gmail.com²

Universidade Federal da Paraíba/CCA/DCFS

sheilaufpb1@gmail.com³

Resumo: O presente estudo é recorte de um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba – UFPB que busca analisar as vozes docentes no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular. Neste estudo buscamos destacar alguns episódicos históricos ocorridos em 2018, bem como destacamos algumas análises de vozes docentes em torno do processo. A BNCC é uma parte importante da construção do currículo escolar da educação básica brasileira e também se apresenta como campo de disputas profundas entre projetos distintos de sociedade e de educação, se encontrando também no centro da discussão sobre o projeto de nação atual, assim como está no cerne do debate das questões atuais relativas ao desenvolvimento e à inclusão social. O desenvolvimento de uma BNCC não só vai atingir o currículo, mas também as redes de conhecimento vinculadas à gestão escolar, à formação docente e à própria recepção discente. Assim, as vozes reveladas podem auxiliar no processo de implementação da política curricular, bem como suscitar novas formas de produzir um currículo Nacional.

Palavras-chave: Currículo, Docência, Escola.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é uma política nacional de currículo que tem buscado articular os entes federados e a sociedade, de um modo geral, para compor uma proposta de Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para toda Educação Básica. Foi homologada em dezembro de 2017 a versão que contempla a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. A versão para o Ensino Médio ainda está sobre avaliação do Conselho Nacional de Educação em proposição de audiências públicas.

Ao tratarmos da participação de gestores, docentes e estudantes na construção da BNCC, muitos especialistas e representantes de associações de currículo contestam o documento por inúmeros motivos. Existem escolas que não tiveram nenhuma discussão sobre a BNCC e outras não fazem ideia do que se trata. Todos os estados contribuíram um pouco na construção do documento, mas muitas ideias não foram ouvidas e o documento acabou sendo aprovado, tornando-se obrigatório, antidemocrático e desrespeitoso com a realidade vivenciada por cada escola.

O governo federal solicitou que as escolas de todo o país tivessem as aulas suspensas em 02 de agosto de 2018, com a finalidade de discutir e informar os/as docentes sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, muitos/as docentes realizaram uma mobilização nas redes sociais para que este dia fosse utilizado não apenas para discutir a Base, mas também para protestar contra a forma em que a mesma foi construída, apresentada e aprovada, como é o caso da Base para o Ensino Infantil e Ensino Fundamental e, principalmente, com relação a do Ensino Médio, que ainda será votada, os maléficos que a mesma causará e como está sendo posta obrigatoriamente para os docentes trabalharem.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN):

A BNCC foi debatida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e posteriormente divulgada pelo Ministério da Educação (MEC). A base curricular é condicionada pela Contrarreforma do Ensino Médio, Lei 13415/2017. Da contrarreforma, a BNCC traz, por exemplo, a permissão de substituição de carga horária presencial por ensino à distância, a possibilidade de contratação de professores sem formação pedagógica e apenas com “notório saber”, entre outros problemas. (ANDES-SN, 2018)

O ANDES desenvolveu críticas a essa falta de formação pedagógica docente, pois a partir do momento em que o governo substituiu um professor com formação adequada por um outro menos habilitado, acaba pondo em risco a educação dos estudantes e também desqualificando e desvalorizando a importância do profissional preparado para o exercício da docência. Outro ponto de muita discussão é com relação à divisão do ensino por áreas do conhecimento. Nesta divisão, apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática estão presentes no documento da BNCC como competências curriculares para os três anos de ensino médio. O governo divulga que a proposta do “novo ensino médio” já teria sido aprovada em todo o país, no entanto, isso não procede. Muitos jovens e até mesmo docentes de todo o país não têm nem noção do que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em 02 de julho deste ano, o presidente da Comissão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), César Collegari, renunciou à função, deixando uma carta destinada aos conselheiros e conselheiras membros do Conselho Nacional de Educação. Em um trecho da carta, ele menciona a reforma do Ensino Médio:

Ao abandonar a atenção aos domínios conceituais próprios das diferentes disciplinas, a proposta do MEC não só dificulta uma visão interdisciplinar e contextualizada do mundo, mas pode levar à formação de uma geração de jovens pouco qualificados, acríticos, manipuláveis, incapazes de criar e condenados aos trabalhos mais simples e entediantes, cada vez mais raros e mal remunerados. É isso que se quer para o país? (COLLEGARI, 2018, p. 3)

Para Collegari, a Reforma do Ensino Médio deve ser revogada e a BNCC do Ensino Médio completamente reformulada. Isso porque ele considera o texto falho em seus objetivos a serem alcançados e preocupante como destino dos profissionais que serão formados a partir dessa Base.

Assim, o presente estudo pretende destacar algumas configurações históricas da BNCC entre os anos de 2017 e 2018, bem como revelar algumas análises docentes em torno desse processo de implementação. São destacadas algumas falas docentes em torno da política nacional de currículo, qual seja a BNCC.

Metodologia

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, observando o discurso a respeito da implantação da Base Nacional Comum Curricular. O questionário foi aplicado em 3 escolas públicas de ensino fundamental e médio, duas no município de Areia – Paraíba, e uma no município de Arara – Paraíba, entre os meses de maio e junho de 2018. Participaram 19 entrevistados nesta primeira parte da pesquisa, sendo dezessete docentes e dois gestores, com tempo de atuação entre 11 meses e 30 anos, com idade entre 21 e 54 anos.

Nenhum (a) dos (as) docentes entrevistados (as) precisaram se identificar e nem identificar o nome da escola. O questionário era composto por oito perguntas, seis questões abertas e duas questões de marcar. As questões tratavam da implantação da Base Nacional Comum Curricular, bem como questões concernentes à autonomia docente e a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico).

Resultados e Discussões

A primeira questão trazia um pequeno texto acerca da BNCC e, em seguida, perguntava, dentro das competências da Base, o que para o docente significa um indivíduo **competente** em termos de desenvolvimento humano e quais as características são fundamentais. Abaixo algumas das respostas dadas:

“Um indivíduo competente é caracterizado pela sua capacidade de compreender e atuar participando de forma ativa no meio em que vivi.”

“Um indivíduo competente busca ter autonomia, habilidades e conhecimentos que o levem ao melhor desenvolvimento pessoal, profissional. As principais características são justamente a capacidade de liderança, auto formação, comprometimento, dedicação. Meu aluno será competente se conseguir unir todas as características acima mencionadas.”

“Meu aluno será competente se, ao longo dos anos de ensino, desenvolver um pensamento autônomo, de modo que possa analisar e discutir criticamente a realidade que o cerca.”

“...compreender o mundo que o cerca, de modo a se sentir seguro na tomada de decisões, participação efetiva na sociedade. A autoconfiança é essencial para desenvolver uma “rotina” feliz em vários aspectos: social, econômico, pessoal e etc.”

Ao longo da vida, o/a estudante irá se deparar com inúmeras situações, nas quais será exigido saber trabalhar em equipe, ter autonomia para tomar decisões e resolver problemas, situações que ocorrem tanto em contexto social quanto profissional. Segundo as propostas da Base Nacional, essas serão algumas das suas propostas a serem trabalhadas nas escolas de todo o país. A terceira versão do documento conta com dez competências gerais, a serem trabalhadas em todas as disciplinas.

De acordo com o documento da BNCC:

[...] essas competências serão fruto de uma construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos alunos e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, de modo a formar pessoas autônomas, capazes de se servir dessas aprendizagens em suas vidas. (BNCC, 2017, p. 17)

A segunda questão buscava averiguar quais são as maiores dificuldades de implantação de uma Base de Currículo Nacional. Abaixo algumas das respostas:

“A falta de conhecimento sobre a questão e recursos para implementação do novo modelo.”

“As maiores dificuldades na implantação de uma base comum está relacionada a grande extensão territorial do país, como também as particularidades inerentes de cada grande região.”

“Uma das maiores dificuldades estar na identidade de cada região, onde o professor tem de adaptar suas aulas a um currículo padrão, mas não deve (pode) deixar a realidade local em “segundo plano”. Geralmente, isso não parece ser levado em conta, quando um currículo tão estático é proposto.”

A terceira questão indagou se a BNCC pode reduzir as desigualdades educacionais no Brasil e de qual forma isso será possível. Algumas das respostas foram:

“Sim. A BNCC é uma melhoria na Educação Brasileira; portanto a implantação da BNCC é um benefício para que todos acompanhe e estude o mesmo conteúdo. Independente de ser do Norte ou do Sul estamos aprendendo o mesmo conteúdo no Brasil inteiro.”

“Difícilmente, pois o país apresenta muitas desigualdades estruturais na educação que devem ser resolvida antes da implantação de uma Base Nacional Comum.”

“Como ela está sendo feita, não.”

“Sim, a implantação de um currículo único poderá equiparar os conhecimentos obtidos pelos alunos em sua “totalidade”. Ainda que se precise rever alguns pontos quanto a implantação a longo prazo.”

“Muito dificilmente, a BNCC reduzirá as desigualdades educacionais no Brasil.”

A BNCC diz respeito a um documento inspirado em experiências curriculares, bem como no modelo do Common Core Americano, a Reforma Curricular Chilena e até o Currículo Nacional Australiano, todas essas experiências passaram por avaliações que apresentaram resultados negativos em seus respectivos países. No entanto, o Brasil ainda continua se inspirando em modelos curriculares internacionais e se distanciando da realidade vivida em cada região e escola desse país.

De acordo com o ANDES - SN:

Olgaíses Maués, 3ª vice-presidente do ANDES-SN e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Sindicato Nacional, critica a proposta de BNCC enviada pelo MEC ao CNE. Para a docente, as mudanças curriculares servirão para diminuir a qualidade do ensino, precarizar o trabalho docente e afastar ainda mais os estudantes de escolas públicas dos de escolas privadas. (ANDES - SN, 2018)

A quarta questão era de marcar e tinha a intenção de saber se o (a) docente acredita que um currículo padrão nacional pode atrapalhar a autonomia docente. Cinco (05) responderam que sim, sete (07) responderam que Não e mais sete (07) responderam que atrapalha em parte.

A quinta questão pretendia verificar o que significa autonomia docente. Algumas das respostas foram:

“O professor ter liberdade para escolher o que ensinar de acordo com a realidade da turma.”

“Autonomia docente é o professor poder flexibilizar seus conteúdos, tendo em vista que cada turma tem suas peculiaridades. O professor precisa ter liberdade para poder exercer sua função, desde que responsabilize pelos seus atos.”

“Autonomia docente é o professor ter espaço para trabalhar os conteúdos e metodologias adequadas para a escola a qual pertence. Mesmo na Educação do setor público, muitos direcionamentos não deixam esse espaço para o professor e acaba toda uma equipe sendo “apagada” no projeto escolar.”

A sexta questão era de marcar e se apresentava conforme segue: Uma avaliação Nacional (ENEM, SAEB, Prova Brasil) para verificar as aprendizagens pautadas na BNCC pode restringir a produção dos saberes locais em detrimento dos objetivos de aprendizagem nacionais? Um (01) marcou que sim, completamente, dezoito (18) marcaram que em parte ou parcialmente, e nenhum marcou que não irá prejudicar.

A sétima questão trazia uma breve fala sobre o PPP e perguntava sobre a sua elaboração e o seu discurso. Além disto, se na percepção do docente, o PPP pode ser esse momento privilegiado de leitura e execução da BNCC. Algumas das respostas foram:

“Na prática, o PPP das escolas são documentos engavetados que não servem de parâmetro curricular.”

“A escola não tem avaliado o PPP tampouco tem discutido, embora haja sempre a apresentação por parte da gestão e dos professores em melhorar a qualidade de ensino. O PPP pode ser uma ponte para a execução da BNCC, na questão de adaptação.”

“Sabemos que o PPP nas escolas como um todo, tem sido pouco discutido, tornando-se apenas um documento engavetado. A discussão do PPP e a sua atualização deve ocorrer anualmente ou pelo menos a cada 2 anos. Pode sim o PPP ser um momento privilegiado de leitura e execução da BNCC.”

A oitava e última questão era relativa ao que o (a) docente entende por Currículo. Quase todas as respostas se referiam ao Currículo como um conjunto de qualificações, descrito como um Currículo Lattes. Algumas outras respostas apresentadas foram:

“Currículo diz respeito a base dos conteúdos a serem trabalhados em uma determinada disciplina dentro de um seguimento escolar.”

“Toda estrutura organizacional de temas, áreas e afins que possibilitam o desenvolvimento do Ensino.”

“Currículo é o ato de nortear todo o processo pedagógico, estabelecendo objetivos para atingir determinados resultados.”

“Currículo constitui tudo aquilo que será vivenciado na escola, seja conteúdos de cada área, conhecimentos que norteiam as práticas escolares, etc.”

A BNCC se apresenta como uma referência nacional obrigatória, mas não é o currículo. Ela estabelece os objetivos a serem alcançados, e os currículos dos estados e municípios se encarregam de definir como alcançar esses objetivos.

Conclusão

No percurso desse estudo concluímos que, para os gestores e professores das escolas envolvidas, a Base Nacional Comum Curricular mesmo se propondo como norteador ao que será apresentado em sala de aula, ainda é pouco discutida, toda sua elaboração é antidemocrática e contrária à realidade de cada escola, restando muitas dúvidas com relação a sua implantação e incertezas quanto a sua meta de reduzir as desigualdades educacionais, nivelando o ensino em todas as escolas do país, tendo elas suportes, estruturas, culturas e dificuldades bem diferentes.

Referências:

ANDES-SN . **2 de Agosto é Dia de Denúncia contra a BNCC**, 2018. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9622>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ANDES-SN. **MEC apresenta BNCC do ensino médio**, 2018. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9422>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica, Brasília – 3ª versão, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

COLLEGARI, Cesar. **Carta aos conselheiros do Conselho Nacional de Educação**, 2018, p. 3. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2018/06/carta-aos-conselheiros-do-cne.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.